

Absurdo! Policial Militar agride alunos no CE Amaro Cavalcanti

No dia 25/3, um oficial da Polícia Militar (Batalhão de Choque) agrediu dois estudantes, com socos e tapas, dentro do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado. As agressões foram gravadas e tiveram grande repercussão nas redes sociais e na imprensa. A presidente da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (AMES), Marissol Lopes, e o diretor da entidade Theo Oliveira chegaram a ser presos. Eles estavam na escola para uma mobilização contra uma denúncia de assédio a alunas e estavam com um abaixo-assinado. A Lei do Grêmio Livre permite a entrada das lideranças nas escolas. O Sepe repudia a violência policial e cobra apuração e punição ao agressor.

No dia seguinte, o movimento estudantil e alunos realizaram um ato e uma assembleia e se reuniram com a direção da unidade sobre as denúncias das estudantes.



VÍDEO: Entrevista com Marissol Lopes, no instagram do SEPE

STF: REINÍCIO DO JULGAMENTO DO PISO AINDA NÃO FOI MARCADO



Tendo em vista postagens sobre um suposto reinício do julgamento do Tema 1218 (sobre a incidência do piso do magistério nos planos de carreira) no Supremo Tribunal Federal (STF), o Sepe informa que não existe previsão oficial de retomada deste julgamento em qualquer data. A constatação foi feita em consulta do Jurídico do Sepe junto à movimentação do processo no Tribunal.

Lembramos que o julgamento foi iniciado

em 12 de dezembro e, após o voto do relator, o ministro Cristiano Zanin, foi suspenso no dia 16 de dezembro por pedido de vista do ministro Dias Toffoli, que se encontra com o processo em seu poder.

Pelo regimento, ele tem até 90 dias para liberar o processo, ou seja, até, aproximadamente, 7 de maio, considerando o recesso e as férias do judiciário. Ministro, devolva o processo do piso. A Educação tem pressa! ■

BAIXE BOLETIM COM INFORME DAS AÇÕES

O Departamento Jurídico do Sepe produziu um boletim especial, com um resumo da situação das principais ações do sindicato que tramitam na Justiça em defesa dos profissionais da rede estadual.

Ao todo, são 15 ações, com pautas diversas como Nova Escola, Interníveis e Piso do Magistério. O objetivo é informar a categoria sobre as ações, facilitando o acesso ao andamento dos processos e o estágio de cada um.

Em alguns casos, o texto também alerta para ações que o profissional que pode ser beneficiado

deve fazer. O setor também produziu boletim semelhante com informe das ações da rede municipal do Rio de Janeiro.

Leia e faça o download deste material pelo QR-CODE abaixo.



SOBRE A AÇÃO DO RET

O Jurídico esclarece dúvidas de profissionais que buscam incorporar a Gratificação do Regime Especial de Trabalho (RET) na aposentadoria.

Por que só quem se aposentou nos últimos 5 anos pode entrar com a ação?

Resposta: Pela Lei, não é possível cobrar do governo valores que já passaram de 5 anos. Se a pessoa se aposentou há mais de 5 anos não dá mais tempo de pedir a mudança no valor da aposentadoria.

Quem trabalhou no RET por menos de um ano pode pedir para incluir esse valor na aposentadoria e receber valores atrasados?

Resposta: Pela Lei 1614/90, artigo 47, parágrafo 4º, só é possível incluir 20% da gratificação do RET para cada ano completo trabalhado nesse regime, até 100%. Ou seja, se o servidor não completou pelo menos um ano de RET, ele não pode entrar com a ação para pedir esse direito.



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe_rj

facebook.com/Seperj

youtube.com/SepeRJoficial

twitter.com/RjSepe



Sindicalize-se



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE ESTADUAL

Edição nº 74. Finalizada em: 20/03. Atualizada em: 30/03/2026

AGENDA

- **14/4** - Plenária do Coletivo Estadual de Aposentadas. 09h30
- **11/4** - Plenária unificada dos Coletivos de Funcionários. 09h.

09
ABRIL

PARALISAÇÃO DE 24H

GRANDE DIA DE

MOBILIZAÇÃO DA

EDUCAÇÃO

REDE ESTADUAL

10H - ASSEMBLEIA

CLUBE DE ENGENHARIA (AV. RIO BRANCO, 124)

14H - ATO PÚBLICO

ALERJ (RUA DA AJUDA, 5)

PELA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL, PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO E DO PISO DOS FUNCIONÁRIOS, ENTRE OUTRAS PAUTAS

ELES FUGIRAM, MAS NÓS CONTINUAMOS NA LUTA!

Sepe

Servidores estaduais fizeram bonito no dia 18/3, com paralisação e ato unificado pela recomposição

No dia 18 de março, o Sepe e o conjunto do funcionalismo estadual realizaram paralisação de 24 horas contra o calote do governador Cláudio Castro nas duas parcelas da recomposição que deixaram de ser pagas (2023 e 2024).

Os servidores se concentraram no Largo do Machado pela manhã e, de lá, saíram em passeata até o Palácio Guanabara para exigir de Castro o cumprimento do acordo da recomposição fei-

to com a Alerj ainda em 2021. Os servidores também reivindicam reajuste dos últimos três anos (o último foi em 2023, de 5,35%).

Chegando ao Palácio, com um caixão do governador, os servidores lembraram das acusações de desvio de verbas e escândalos como o do CEDERJ e CEDAE e as operações do Rioprevidência no banco Master, que torraram quase R\$ 1 bilhão dos recursos do pagamentos de mais de 245 mil aposentados e pensionistas. ■



FOTOS: 1. Servidores carregam caixão do governador. 2. Faixa em defesa da Previdência. 3. Funcionários da terceirizada Positiva cobram direitos. 4. Passeata na Rua das Laranjeiras.

VICENTE SARAIVA



Sepe terá nova audiência com a Seeduc no dia 8 de abril, véspera da paralisação

O Sepe teve audiência em 21/02 com a nova secretária estadual de Educação, Luciana Calaça. Na reunião, Calaça se comprometeu a discutir com a Fazenda a pauta econômica, como o Piso do Magistério e a recomposição salarial. O Sepe irá cobrar esse compromisso.

No dia 04 de março, ocorreu uma segunda reunião, com a subsecretária de Gestão de Ensino, Daniela Vasques, sobre a pauta pedagógica.

Já está agendada nova audiência com a SEEDUC para 8 de abril. ■

PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS NAS DUAS REUNIÕES

Pauta econômica: SEEDUC ficou de discutir com a Secretaria de Fazenda.

CIEP Ayrton Senna e C.E. José Leite Lopes (NAVE): Sepe denunciou graves problemas na estrutura elétrica.

Diário Eletrônico: A Seeduc revogou.

Corregedoria: Está sendo reestruturada e casos de perseguição e demissões serão reavaliados, segundo a secretária.

Matriz Curricular: Haverá diálogo com a rede para construir a matriz de 2027,

com reuniões periódicas.

Calendário: O sindicato também abor- dou o calendário da rede estadual.

Animação cultural: GT sobre a Anima- ção Cultural será reativado.

Inclusão: Será feita revisão dos con- tratos. Será rescindido com a Positiva e trabalhadores serão recontra- tados.

Saúde do professor: A SEEDUC está formando equipes para desenvolver plano de trabalho. ■

Castro renuncia para fugir da cassação, é condenado pelo TSE e fica inelegível

Os dois votos a favor de Cláudio Castro vieram de indicados por Jair Bolsonaro

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, foi condenado no dia 24/3 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por 5 votos a 2, ficando inelegível por oito anos. Desse modo, Castro não poderá se candidatar ao Senado, como vinha anunciando, a não ser *sob judice*.

Castro fugiu e saiu pelas portas dos fundos do Palácio Guanabara. Ele renunciou no dia 23/3, véspera do julgamento. A manobra evitou que fosse cassado, o que levaria a eleições diretas para governador. E só pôde fazer isso porque, no dia 10/3, o ministro Kássio Nunes Marques havia pedido vistas. Quando o julgamento foi retomado, no dia 24/3, somente Nunes Marques e André Mendonça foram a favor de Castro.

EX-GOVERNADOR VAI EMBORA SEM DEIXAR SAUDADES

O governo Castro foi um verdadeiro desastre para o estado: quebrou o Tesouro estadual e o caixa do Rioprevidência; vendeu a Cedae, envolveu-se no escândalo do Banco Master, manteve uma política de segurança assassina e um arrocho salarial de três anos contra os servidores. Sai dando calote na recomposição, depois de bradar que não “iria ceder”.

Castro foi o segundo governador que mais investiu no Banco Master,

liquidado pelo BC. Em sua gestão o Rioprevidência ignorou todos os alertas do TCE e investiu quase R\$ 1 bilhão nesse banco podre. O número de Castro estava no celular do banqueiro Daniel Vorcaro, que segue preso.

Além dos escândalos, a gestão Castro foi marcada por uma política de segurança truculenta, racista e assassina, que mata inocentes nas ruas e comunidades, atingindo escolas e estudantes, e promove chacinhas com o motivações eleitoreiras.

O ex-governador sai pagando o pior salário de professor do País e se recusa a aplicar o piso no plano de carreira – isso no segundo estado mais rico. Em vez de valorização, Cláudio Castro e Roberta Barreto fizeram da Seeduc um balcão, com gastos milionários e irregulares e escândalos na TV. ■



GUSTAVO SIXEL/SEPE

ACUSAÇÕES

Abuso de poder político e econômico, irregularidades em gastos de campanha e uso indevido da máquina nas eleições. Milhares de contratados pela Fundação Ceperj e pela UERJ teriam atuado como cabos eleitorais em 2022.

CONDENADOS

CLÁUDIO CASTRO
Ex-governador (PL).

INELEGÍVEL

RODRIGO BACELLAR
Deputado estadual (PP), afastado após prisão e acusação de ligação com o tráfico.

CASSADO

INELEGÍVEL

GABRIEL RODRIGUES LOPES
Ex-presidente da Fundação Ceperj.

INELEGÍVEL

MAIORIA DA ALERJ TENTA EMPLACAR DOUGLAS RUAS, DO PARTIDO DE CLÁUDIO CASTRO, COMO GOVERNADOR



Deputados da base do ex-governador Cláudio Castro e do ex-presidente da ALERJ Rodrigo Bacellar aprovaram a jato (em meia hora) no dia 26/03 o novo presidente da Casa, passando por cima do regimento.

O eleito, com 45 votos, foi o deputado Douglas Ruas (PL), ex-secretário estadual de Cidades de Castro e filho do Capitão Nelson (PL),

prefeito de São Gonçalo. Diante da vacância do cargo de governador, o presidente da Alerj assumiria o Palácio Guanabara – o que evidencia o quanto a população está afastada das principais decisões. A votação foi anulada horas depois pelo Tribunal de Justiça do Rio e o tema foi parar no STF, que irá julgar no dia 08/4 se as eleições serão diretas. ■